

**4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO****Anúncio n.º 8776/2010****Processo: 638/10.8TJPRT**

Nos 3.º e 4.º Juízos Cíveis do Tribunal da comarca do Porto, 4.º Juízo — 1.ª Secção de Porto, no dia 30-08-2010, pelas 17.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Fernando Martins Ferreira, Desconhecida ou sem Profissão, estado civil: Divorciado, nascido(a) em 17-09-1945, concelho de Viana do Castelo, nacional de Portugal, NIF — 131314009, BI — 8687196, Endereço: Rua Dr. Mário Vasconcelos Sá, 28 1.º C, 4050-351 Porto, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Dr(ª). António Bonifácio, Endereço: Edf. Ordem I V, RC, 4.º C, Apartado 47, 4630-000 Marco de Canaveses.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 08-11-2010, pelas 14.30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Porto, 6 de Setembro de 2010. — A Juíza de Direito, *Benedita Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Paula Almeida*.

303661884

**2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TOMAR****Anúncio n.º 8777/2010****Processo: 1348/07.9TBTMR  
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

N/Referência: 1601633

Requerente: Confeções e Criações Maximinde, L.<sup>da</sup>  
Insolvente: Fernanda Cruz, L.<sup>da</sup>, NIF 506812618, Endereço: Rua Manuel dos Santos, Vivenda Solposto, 4 — 1.º, Tomar, 2300-529 Tomar.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: inexistência de bens da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: artigo 39.º, n.º 7, al. b), do CIRE.

Data: 16-07-2010. — A Juíza de Direito, *Isabel Baptista*. — O Oficial de Justiça, *Maria Madalena Mota V. Simões*.

303494668

**2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES NOVAS****Anúncio n.º 8778/2010****Processo: 1621/07.6tbvno-Q  
Prestação de contas administrador (CIRE)**

Insolvente: Conduconstroí — Construções, S.A

O Dr. Francisco Manuel Timóteo, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Conduconstroí — Construções, S. A., NIF — 506938913, Endereço: R. S. Vicente Paulo — Edifício Fonte Nova, Bloco A 1.º, 2496-908 Fátima, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Data: 01-09-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Francisco Manuel Timóteo*. — O Oficial de Justiça, *Paula Tavares*.

303654383

**3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VALONGO****Anúncio n.º 8779/2010****Processo de Insolvência n.º 4058/08.6TBVLG-B**

A Dr.ª Cristina Susana Cardoso Pinto, Juíza de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente José Cardoso Oliveira, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar da publicação do presente anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Administrador da Insolvência (artigo 64.º do CIRE).

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Valongo, 26-05-2010. — A Juíza de Direito, *Cristina Susana Cardoso Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Cristina Zilhão*.

303310691

**5.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA  
DE VILA NOVA DE FAMALICÃO****Anúncio n.º 8780/2010****Insolvência Pessoa Colectiva — Processo n.º 2852/10.7TJVNF**

Insolvente: Marco Pereira, Limitada

**Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados**

No Juízo de Competência Cível de Vila Nova de Famalicão, 5.º Juízo Cível de Vila Nova de Famalicão, no dia 03-09-2010, pelas 10:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: Marco Pereira, Limitada, NIF — 505666987, Endereço: Rua João Paulo II, 790, Lemenhe, 4775-417 Vila Nova de Famalicão, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Dr(a). Dalila Lopes, Endereço: Rua Camilo Castelo Branco, 21-1.º Dto, 4760-127 Vila Nova de Famalicão, NIF N.º 185146210.

É administrador da devedora:

Marco Paulo Martins Pereira, NIF — 196912326, Endereço: Rua João Paulo II, N.º 890, Lemenhe, 4775-417 LEMENHE a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Data: 03-09-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Manuel Alexandre Gonçalves Ferreira*. — O Oficial de Justiça, *Ema Lucília Vilas Boas Rosa Linhares*.

303661527

### 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

**Anúncio n.º 8781/2010**

**Processo: 391/10.STYVNG  
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

**Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados**

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 3.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 30-08-2010, pelas 19.45 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Dourocostura — Soluções de Costura para Calçado e Afins, L.ª, NIF — 506285103, Endereço: Rua Manuel Carqueja N.º 252, 4350-233 Porto, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: António Pedro Pinto Leite de Freitas, Largo dos Carvalinhos, 4610-112 Felgueiras, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Emília Manuela, Endereço: Rua Jornal Correio da Feira, N.º 11-1.º, 4520-234 Santa Maria da Feira, tel. 919310376

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do art. 36 — CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 10-11-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do art. 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

**Informação Plano de Insolvência**

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (art. 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

01-09-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Sandra Cristina Bettencourt de Sousa*. — O Oficial de Justiça, *Ana Cristina Monteiro Marques*.

303651718

### CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

**Despacho (extracto) n.º 14250/2010**

Por despacho do Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 03 de Setembro de 2010, no uso de competência delegada:

Dr. Sénio Manuel dos Reis Alves, Juiz Desembargador, servindo em comissão de serviço como inspector judicial, — prorrogada a referida comissão, até ao preenchimento do lugar de inspector judicial da 20.ª área de inspecção, — (publicação da nomeação em D.R.) — com efeitos a 15.09.2010.

Lisboa, 06 de Setembro de 2010. — O Juiz-Secretário, *Luis Miguel Vaz da Fonseca Martins*.

203665286